

PROJETO DE EXTENSÃO "TRABALHANDO VIOLÊNCIA E GÊNERO NAS ESCOLAS": PRÁTICAS CURRICULARES EXTENSIONISTAS NA UEFS, BAHIA.

Tatiane de Lucena Lima ¹
Sônia Lima de Carvalho ²

RESUMO

Este trabalho visa apresentar resultados do Projeto de Extensão intitulado "Trabalhando Violência e Gênero nas Escolas", do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Mulheres e Relações de Gênero (MULIERIBUS), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), desenvolvido a 14 anos em escolas de Educação Básica do município Feira de Santana-BA, em parceria com a Rede de Defesa da Mulher, especialmente com o Coletivo de Mulheres de Feira de Santana (COMU), Fundação Clarck de Direito, profissionais liberais, bolsistas e voluntários, sob orientação da coordenação e professores da UEFS. O Centro Básico de Educação Básica da UEFS, o Colégio Estadual Ernesto Carneiro Ribeiro e o Colégio Estadual Hilda Carneiro, todos localizados no município, recebem atualmente o projeto, no período de dezembro de 2023 até a presente data. O propósito é atingir os extramuros da UEFS, possibilitando refletir sobre a realidade educacional por meio de diagnósticos e de intervenções educativas para a construção de uma prática pedagógica democrática e respeitosa que articule a temática da violência de gênero e suas interseccionalidades no contexto socioeducacional. Tal projeto resultou da interação dialógica entre as comunidades interna e externa, com ênfase no protagonismo estudantil e na discussão interseccional das categorias gênero e educação, visando o enfrentamento às diversas formas de opressão ainda existentes. O projeto também permitiu maior visibilização dos estudos de gênero na universidade quanto ao retorno dos resultados da extensão ao grupo de pesquisa, com a publicação de artigos em periódicos e livros, novas propostas para seminários anuais do grupo de pesquisa, e a implementação de novas disciplinas optativas: CHF 286 - Metodologia da Pesquisa Científica: Foco em Gênero e Educação e CHF417 - Metodologia para a prática da Pesquisa e da Extensão que, entre outros objetivos, articulam o tripé ensino-pesquisa-extensão, de forma irreversível e indissociável.

Palavras-chave: Projeto de extensão, gênero, interseccionalidades, universidade, escola.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho resulta de experiências e saberes que permearam a prática extensionista desenvolvida por estudantes bolsistas e professoras orientadoras do projeto de extensão "Trabalhando violência e gênero na escola", da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), juntamente com as escolas públicas participantes do projeto - o Centro de Educação Básica (CEB/UEFS), o Colégio Estadual Ernesto Carneiro, o

¹ Professora do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, tlima@uefs.br;

² Professora do Curso de Psicologia da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, slcarvalho@uefs.br.

Colégio Estadual Hilda Carneiro - todas localizadas no município de Feira de Santana, Bahia.

O projeto³ em questão é desenvolvido a 14 (quatorze) anos em escolas de Educação Básica do município Feira de Santana-BA, em parceria com a Rede de Defesa da Mulher, especialmente com o Coletivo de Mulheres de Feira de Santana (COMU), Fundação Clark de Direito, profissionais liberais, bolsistas e voluntários, sob orientação da coordenação e de professores da UEFS, que fazem parte do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Mulheres e Relações de Gênero (MULIERIBUS), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS),

Nessa perspectiva, a extensão é entendida como articulação do conhecimento científico advindo do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a universidade se insere, transformando a realidade social (LIMA, CARVALHO, SANTANA, 2020).

A troca de saberes entre os conhecimentos científicos e popular, que resulta na democratização do conhecimento, sobretudo, na produção científica, tecnológica e sociocultural da realidade estrutura a prática da extensão. O projeto de extensão em questão é desenvolvido na área de gênero, conceito este que “[...] pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são ‘trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico’” (LOURO, 1997, p. 22). Contudo, essa designação evidencia a importância de não reduzir o sexo biológico ao gênero, pois ele é uma construção social, no qual o indivíduo se porta nas relações sociais, da forma que se identifica, sendo do sexo masculino ou feminino.

O principal objetivo é visibilizar e combater a violência de gênero na escola, levando em consideração as suas interseccionalidades com outras categorias sociais como: raça/etnia, classe social, sexualidade, etc. Esse diálogo ocorre com estudantes, professores, além da família, por meio de ações formativas desenvolvidas na escola. O propósito é atingir os extramuros da UEFS, possibilitando refletir sobre a realidade educacional por meio de diagnósticos e de intervenções educativas para a construção de uma prática pedagógica democrática e respeitosa que articule a temática da violência de gênero e suas interseccionalidades no contexto socioeducacional.

Esse projeto se justifica pela crescente onda de violência contra a mulher que se alastra na sociedade, principalmente no município de Feira de Santana. Segundo dados da Secretaria Municipal de Política para as Mulheres (2024) do município, a Bahia lidera

³ Projeto de extensão ‘Trabalhando violência e gênero na escola’, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Bahia, financiado pela própria UEFS.

o registro de homicídios entre oito estados monitorados, enquanto Pernambuco lidera em casos de feminicídio no Nordeste, com 92 vítimas. A cada 15 (quinze) horas uma mulher morre em função do gênero em Feira de Santana, majoritariamente pelas mãos de parceiros ou ex-parceiros – mais de 70% dos casos – munidos de armas brancas ou de fogo. O feminicídio atingiu 586 casos, em 2023. Esses dados foram apresentados no boletim "Elas Vivem: liberdade de ser e viver", da Rede de Observatórios da Segurança, em março deste ano. No Brasil, houve aumento de 22,4% no ano de 2023, em comparação a 2022, quando Pará e Amazonas não faziam parte do monitoramento (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE FEIRA DE SANTANA, 2024).

Desta forma, é necessário desenvolver nas escolas projetos que visem a redução de danos causados por esse quadro, eis que a Lei Maria da penha, propõe como medida integrada de prevenção, no art. 8º da Lei, nº11.340 (BRASIL, 2016) promoção e realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres.

METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, de natureza qualitativa e exploratória, e envolveu diferentes fases: planejamento, diagnóstico, aplicação de entrevista semiestruturada com alunos/as, professores/as e gestores/as e, a própria intervenção educativa (com a realização de oficinas, palestras, rodas de conversa, construção de mural interativo, mesa redonda, enquetes, análise fílmica) e, por fim, análise e avaliação dos resultados. A ação impactou diretamente mais de 800 (oitocentos) estudantes nas diversas ações realizadas nas 3 (três) escolas ao longo do ano, além da universidade com eventos e disciplinas sobre o tema. Com a pretensão de construir um espaço educativo de ação/reflexão/ação sobre os diversos tipos de violência que envolvem as questões de gênero na contemporaneidade, é que esse projeto se insere na pauta do debate universitário e na interlocução entre instituições e entidades parceiras.

Ao longo do ano 2024, foram realizadas diversas práticas. Dentre estas, o workshop e as exposições verbais quanto ao tema "A nova Lei de Bullying e Bullying nas escolas", em abril/2024; e "Fortalecimento das famílias para prevenir a violência de gênero, o bullying e a cultura do Estupro", em setembro/2024, ambas em parceria com a Fundação A. J. Reuben Clark Law Society. Esta Fundação, nova parceria do projeto,

presta serviços gratuitos de orientação jurídica a população em geral. Esta fundação está presente em diversos países e, em Feira de Santana possui 3 advogadas associadas. Ademais, esta ação contou com a participação de mais de 100 familiares dos estudantes e a equipe do projeto. No final, foi aplicado questionário acerca da temática visando obter informações sobre o bullying na escola, conforme Figura 1, a seguir.

Figura 1 - Wokshop - Fortalecimento das famílias e violência contra as mulheres.



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Nos Colégios Estaduais Ernesto Carneiro e Hilda Carneiro, foram realizadas as oficinas sobre a construção de identidade, o racismo e gênero. Foi realizada a dinâmica intitulada a “dança dos privilégios”, envolvendo os alunos e as alunas, e professores mediadores do projeto e a escola, além da equipe do projeto. Na sequência foi realizada uma roda de conversa sobre a dinâmica visando interpretar a experiência vivida e, em grupos, foram analisadas imagens sobre identidades de gênero nas suas interseccionalidades com raça/etnia e classe social, como podemos visualizar na Figura 2, abaixo.

Figura 2 - Oficina sobre a construção de identidades



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Também foi realizado pela equipe de extensão dois eventos, sendo um na universidade e outro em duas das escolas parceiras. O primeiro deles foi o “XIII Seminário Março Mulher: as mudanças na Lei Maria da Penha e as implicações na aplicabilidade nos serviços para as mulheres em situação de violência doméstica”, realizado em 21 de março de 2024, sendo uma realização do Coletivo de Mulheres de Feira de Santana e do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres e Relações de Gênero - Mulieribus, Secretaria da Mulher de Feira de Santana, Delegacia da Mulher de Feira de Santana e outras entidades da Rede de apoio às mulheres Feira de Santana. Também, houve participação de representantes de algumas cidades do Território Portal do Sertão e Recôncavo, com apoio da Pró-reitora de Extensão da UEFS - PROEX e da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, conforme evidenciam as Figuras 3 e 4 a seguir.

Figura 3 –XIII Seminário Março Mulher/UEFS



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Figura 4 – Auditório do XIII Seminário Março Mulher/UEFS



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

O segundo evento desenvolvido nas escolas Hilda Carneiro e no Ernesto Carneiro foi o “Julho das pretas”, no qual foi discutido, em grupos, a construção da identidade das mulheres pretas ao longo da história por meio de fotografias e imagens, visando debater sobre a potencialidade dessas mulheres e o reconhecimento da sua existência e de seu trabalho, reiterando a discussão sobre racismo científico, tão necessário ainda nos dias atuais. Por fim, foi construído painel coletivo e interativo sobre mulheres pretas que marcaram a história do Brasil, no passado e no presente, conforme apresenta a Figura 5.

Figura 5 - Painel coletivo e interativo sobre mulheres pretas que marcaram a história do Brasil.



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Essas foram algumas das ações desenvolvidas nas escolas envolvidas e também na universidade, por entendermos que a educação é um dos campos fundamentais para possibilitar as mudanças de comportamentos e práticas que possam vir a ferir a dignidade humana, seja no ambiente escolar ou social.

Cumpramos esclarecer que todos os participantes que aparecem nas imagens deste trabalho assinaram termo autorizando a divulgação das mesmas para fins acadêmicos e de pesquisa.

Como resultado da extensão, uma das escolas, o Centro de Educação Básica (CEB/UEFS), criou o projeto Respeita as Minas, que mobilizou o protagonismo da comunidade escolar, especialmente das meninas, para discutir as questões de gênero na escola, de forma permanente. As alunas integrantes do Respeita as Minas abordam os temas como: violência contra a mulher, feminicídio e preconceito de gênero, demonstrando autonomia e a prática da pesquisa. Assim, podemos inferir que o trabalho sobre violência de gênero nas escolas contribui na prevenção de preconceitos, intolerância, e busca viabilizar, assim, um ambiente escolar mais harmonioso entre as pessoas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O projeto de extensão em questão é desenvolvido na área de gênero, conceito este que “[...] pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são ‘trazidas para a prática social e

tornadas parte do processo histórico" (LOURO, 1997, p. 22). Contudo, essa designação evidencia a importância de não reduzir o sexo biológico ao gênero, pois ele é uma construção social, no qual o indivíduo se porta nas relações sociais, da forma que se identifica, sendo do sexo masculino ou feminino.

Para Scott (1990, p. 86), a definição de gênero “[...] é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Por isso, não pode ser pensado como categoria isolada de análise ou de um estudo que aborda a diversidade, sendo necessária abordá-lo na perspectiva da interseccionalidade. Akotirene (2019, p. 19) aponta a interseccionalidade como uma “[...] instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtos de avenidas identitárias em que, por exemplo, no estudo sobre mulheres negras precisam ser feitos considerando o cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe. Nossa perspectiva é, portanto, compreender a dinâmica em que muitas vezes são submetidos, e a partir disso desenvolver uma consciência crítica para mudança e luta pelo direito da igualdade de gênero.

A violência na escola manifesta-se de inúmeras formas, dentre elas, bullying, racismo, e agressão física, mas destacamos nesse projeto, o machismo, sendo uma prática constante. Desde a infância, meninos e meninas são estimulados pelas famílias, a se comportarem de maneiras específicas, para poderem se encaixar em padrões determinados pela sociedade, para que assim, essas práticas sejam reproduzidas ao longo da vida. Nesse sentido,

O pensamento conservador, machista atribui às identidades masculinas e femininas características físicas e psicológicas permanentes [...]. Quem apresentar uma ou outra característica tipificada como sendo do outro, e não do seu sexo biológico, logo será alvo de crítica. (CASTRO, 2018, p. 26).

Os meninos se obrigam a todo momento desempenharem o papel do “macho alfa”, o homem forte, durão, dominante, másculo, respeitado, que não demonstram emoções; provocando em si, um composto de frustração e opressão, mas para eles, todos esses adjetivos lhes dão o “direito” de oprimir, violentar, humilhar mulheres, gays e todas as pessoas de comportamentos femininos. Por outro lado, as mulheres deverão se comportar como delicada, carinhosa, submissa, que nasceu para cuidar dos outros, assim, muitas aceitam esses comportamentos como se fosse comportamento natural do homem, e sofrem inúmeras consequências sejam de caráter, verbal, física, psicológica e outras.

Segundo Babiuk et al (2013), muitas vezes as crianças/adolescentes que não se enquadrem no padrão da heteronormatividade, torna-se alvo de discriminação e

preconceitos, advindo dos mais diversos atores sociais, inseridos nas instituições de ensino; quando um menino brinca com uma boneca, recebe o olhar repreensor dos colegas, educadores, além da possibilidade de sofrerem violências verbais e psicológicas, pois esta atitude é considerado inaceitável na sociedade patriarcal e machista. Nesse sentido, (LOPES NETO, 2005 *apud* BOMFIM, 2015) afirma ainda que, vítimas de bullying e outras violências relacionadas à escola, tem grande tendência de refletirem estes comportamentos na fase adulta, comportamentos estes, resultantes de anos de humilhações, violências e estresses vivenciados no ambiente escolar.

Devido ao crescente número de violências intrinsecamente relacionado à questão de gênero nas escolas, é relevante estimular debates referente ao tema com todos os membros que compõe a escola (professores, pais, alunos, funcionários). De acordo com (BABIUK et al., 2013), a escola tem um importante papel na formação das pessoas, e não pode se eximir da discussão de determinados temas, tais como as desigualdades de gênero e diversidade sexual. A escola como um dos primeiros ambientes sociais que participamos durante os anos iniciais das nossas vidas, precisa estabelecer processos atuantes para combater o machismo (COSTA et al, 2017).

Assim, o presente projeto objetiva promover reflexões críticas acerca da reprodução do machista na escola, além de buscar alternativas que impeçam disseminação de comportamentos machistas, homofobias, misoginia dentro da escola. Nesse contexto, objetiva-se trilhar caminhos para promoção de relações saudáveis de amizades, companheirismo, compreensão entre meninos e meninas, promovendo uma cultura de paz no ambiente escolar. Assim, acredita-se que, dessa maneira, possamos contribuir de forma significativa para uma escola com mais liberdade, menos violência de gênero e menos comportamento machista.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pela necessidade de recorte empírico, serão apresentados aqui alguns dados referentes a uma enquete sobre violência contra a mulher, realizada através de um painel interativo com os estudantes, e algumas questões de entrevistas semiestruturadas aplicadas com pais, docentes e gestores/as das escolas investigadas. A enquete sobre violência contra a mulher foi realizada em março de 2024, cujo público alvo foi constituído por estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e Médio, com faixa

etária média entre 11 a 17 anos. Participaram da intervenção 252 (duzentos e cinquenta e dois) discentes, cujos resultados serão abordados a seguir.

Quando inquiridos/as se já sofreram algum tipo de violência, a maioria dos/as alunos/as (70%) respondeu que sim. Os resultados demonstram a necessidade de ações educativas na escola e em sociedade em geral, pois na maioria dos casos esses atos são provenientes de familiares e pessoas próximas ao convívio. Na sequência, quando inquiridos/as se conheciam alguém que já sofreu violência, 72% dos/as estudantes informaram que conheciam alguém ou presenciaram violência, sendo que 8% expressaram ser o alvo da violência e apenas 20% se mostraram desconhecedores/as do problema.

Desse modo, percebe-se que a violência, apesar de combatida nas escolas, ainda é algo naturalizado pela cultura e que necessita ser trabalhada com esses/as estudantes a fim de construir/auxiliar na construção de uma sociedade mais pacífica e respeitosa quanto às diferenças. Na perspectiva feminista, a violência de gênero é indissociável da assimetria de relações em que assenta o sistema patriarcal e que tem expressão na própria escola, instância reprodutora dos padrões de dominação de gênero que vigoram no universo extraescolar e local onde ainda se vive a ordem masculina, como vários estudos documentam (QUARESMA, 2010; FONSECA et al., 2003).

Em entrevista com docentes e membros da gestão escolar, foram questionados se já vivenciaram alguma situação de violência de gênero na escola, sendo que 24 deles (33%), informaram que nunca presenciaram, enquanto que 54 sujeitos (67%) informaram que sim, a saber:

Assédio em forma de brincadeiras (P⁴1).

Bullying, piadas depreciativas, xingamentos e violência física. (P5).

Homofobia, racismo, discriminação religiosa. (P6).

Desrespeito entre colegas, dificuldade de interação nas aulas por divisão entre meninos e meninas, narrativas doloridas de violência doméstica em casa (P7).

Não é novidade que a cultura da violência atravessa a escola e se expressa por meio de discriminações, reforçados pelo bullying, conforme narrativas acima. O bullying, portanto, se configura em um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas como, por exemplo, implicância, discriminação e agressões verbais e físicas, sendo praticado tanto por meninos quanto por meninas (SILVA, 2010).

⁴A letra indicativa “P” se refere à participante da pesquisa.

Após participarem de palestras sobre gênero e educação, 100% dos pais participantes da entrevista concordam que o projeto desenvolvido tem relevância na escola e na vida social dos estudantes, conforme relatos a seguir:

Eu acho muito importante esses eventos quando falam sobre família, na criação, como os pais devem educar seus filhos e sobre o relacionamento entre homem e mulher para não afetar no desenvolvimento das crianças. Eu acho de muita valia. Na verdade, deveria ter mais encontro como esse. (Ronaldo⁵, pai de uma estudante do 7º. ano)

A direção proporcionou para nós uma palestra sobre família, pais e filhos, com especialistas. Eu como mãe ainda precisava aprender, e aprendi muito, o tema do feminicídio, que nós estamos precisando ainda nos despertar, que tem agredido muitas mulheres. Estou muito contente com a direção desse colégio, pois para nós, como pais e comunidade, precisamos sim de mais palestras como essa que reuniu diversas pessoas. (Patrícia, mãe de uma estudante do 1º. ano)

Esses relatos demonstram a necessidade de integrar a família e a escola em relação a projetos que discutam sobre os dilemas sociais que permeiam o cotidiano e a educação de crianças e jovens. A discussão sobre gênero no currículo, tanto na escola básica quanto na universidade, torna-se pertinente devido à escassez dessas abordagens críticas e de uma sólida formação político-pedagógica que subsidie os professores, os gestores, os estudantes, as famílias e a comunidade em geral, para uma prática antissexista. Bloedow e Guizzo (2014, p. 31-32) reiteram que há “[...] uma grande carência nas discussões em torno dos temas relacionados a gênero e sexualidade [...], o que dificulta a problematização de situações emergidas na escola”, entretanto, podemos perceber, através das narrativas dos pais, o reconhecimento da importância do projeto na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A universidade, assim como a escola, deve cumprir o seu papel político-social na desconstrução de saberes, não apenas os científicos, mas os experienciais ou culturais, considerados “válidos”, “únicos” e que serviram de referência para estruturar a nossa visão de mundo pela ótica do cisheteropatriarcado, por exemplo. Esses modelos e práticas podem ser desestabilizados por meio de um currículo crítico e uma prática educativa que leve em consideração as interseccionalidades, a multiculturalidade, a transversalidade.

⁵Nome fictício para se referir ao pai ou à mãe das estudantes.

A extensão em questão promoveu sensibilização da comunidade escolar sobre gênero e interseccionalidades, possibilitou o diálogo sobre violência de gênero, contribuiu para desconstrução de velhos paradigmas sobre mulheres e masculinidades; visibilizou os estudos de gênero dentro e fora da universidade; demonstrou a necessidade de integrar ainda mais a família nas ações da extensão; suscitou a necessidade de ampliar as ações deste projeto desenvolvido para outras escolas da região de Feira de Santana; e apontou novos desafios para superação das dificuldades em etapas futuras do projeto.

Tal projeto resultou da interação dialógica entre as comunidades interna e externa, com ênfase no protagonismo estudantil e na discussão interseccional das categorias gênero e educação, visando o enfrentamento às diversas formas de opressão ainda existentes. O projeto também permitiu maior visibilização dos estudos de gênero na universidade quanto ao retorno dos resultados da extensão ao grupo de pesquisa, com a publicação de artigos em periódicos e livros, novas propostas para seminários anuais do grupo de pesquisa, e a implementação de novas disciplinas optativas: CHF 286 - Metodologia da Pesquisa Científica: Foco em Gênero e Educação e CHF417 - Metodologia para a prática da Pesquisa e da Extensão que, entre outros objetivos, articulam o tripé ensino-pesquisa-extensão, de forma irreversível e indissociável.

REFERÊNCIAS

BABIUK, Graciele Alves. **Violência de gênero nas escolas: implicações e estratégias de enfrentamento.** 2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9780_6604.pdf. Acesso em: 13/09/2020.

BLOEDOW, Alice Maria Ulrich; GUIZZO, Bianca Salazar. Jovens contemporâneos e que educação sexual? In: VII Congresso internacional de estudos sobre a diversidade sexual e de gênero, 2014. **Anais do VII Congresso internacional de estudos sobre a diversidade sexual e de gênero**, 2014. p. 31-32.

BOMFIM, Thais. **Violência de gênero no ciclo básico escolar: um problema sempre presente, com consequências constantes.** 2015. Disponível em: <https://www.uniube.br/eventos/epeduc/2015/completos/38.pdf>. Acesso em 13/09/2020.

BRASIL. **Lei Maria da Penha.** Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006.

CASTRO, Susana. **O papel das escolas no combate as masculinidades tóxicas.** 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/236654388.pdf>. Acesso em 14/09/2020.

COSTA, Clara. **Machismo na escola: o papel da história na luta contra a desigualdade de gênero.** 2017. Disponível em

<https://anais.unilasalle.edu.br/index.php/sefic2017/article/viewFile/629/567>. Acesso em: 14/09/2020.

FONSECA, Laura et al. Silêncios e invisibilidades femininas da e na escola. In: CORREIA, José Alberto; MATOS, Manuel. **Violência e violências da e na escola**. Porto: Afrontamento, 2003. p. 103-113.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

QUARESMA, Luisa. **Violência escolar e de gênero: vivências e representações sociais discentes**. Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, n. 20, 2010.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE FEIRA DE SANTANA. **A cada 15 horas, uma mulher é vítima de feminicídio no país**. 2024. Disponível em: <https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?titulo=A%20cada%2015%20horas,%20uma%20mulher%20%E9%20v%C3%ADtima%20de%20feminic%C3%ADdio%20no%20pa%C3%ADs&id=37&link=secom/noticias.asp&idn=36075>. Acesso: 10 out. 2024.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.